

Gilberto Menezes Côrtes



Regionalização atrasou um ano

A regionalização do salário mínimo, artifício pelo qual o governo Fernando Henrique Cardoso conseguiu (a depender do Congresso) o que outros tentaram sem sucesso desde a Constituição de 1988 – a desvinculação entre o piso da previdência e o mínimo profissional –, podia ter sido adotada há um ano.

Em abril de 1999, em artigo para o boletim de conjuntura do Ipea, intitulado “Salário mínimo: o reajuste de 99, a desvinculação e a regionalização”, o economista Marcelo Neri, na época do Ipea e que agora chefiava o Centro de Estudos Sociais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, defendeu a idéia de que o governo já deveria aplicar para o salário mínimo de maio de 1999 uma fórmula que desvinculasse o pagamento do piso dos aposentados do rendimento mínimo dos assalariados do setor privado, para permitir ganhos ao trabalhador.

Na época, a proposição de Neri era criar regime híbrido entre o sistema americano (no qual o governo federal fixa um submínimo nacional e os estados podem fixar por conta própria quaisquer valores acima do piso) e o sistema brasileiro, no qual até 1984 o governo estabelecia pisos regionalmente diferenciados.

Por ocasião da Constituinte, o mínimo (que ganhou 14 faixas com Getúlio Vargas e chegou a ser definido em 22 regiões em 1979) limitava-se a três faixas, o que induziu à idéia do salário único, que engessou também o piso da Previdência Social.

O INSS tinha 4,5 milhões de segurados dependentes do Funrural que recebiam meio salário mínimo. Todos passaram a ganhar o dobro. E o teto de contribuição, de 20 salários mínimos (também o limite máximo da aposentadoria), encolheu para 10 mínimos. O aumento do benefício com o corte nas contribuições agravou os déficits da Previdência e forçou o governo a amarrar o mínimo para não estourar as contas do INSS.

Em maio de 1995, quando o salário mínimo saltou de R\$ 70 para R\$ 100, a distribuição de renda melhorou muito (sobretudo porque a inflação entrou em rota cadente), houve também a mais grave deterioração das contas da Previdência num único ano – motivo mais que suficiente, registra Francisco de Oliveira, do Ipea, o “Chico Previdência” – para o governo adotar a fórmula da regionalização.

Mas Marcelo Neri não pode ser apontado como único “pai da idéia”. Na mesma ocasião, o ex-companheiro de Neri no Ipea, o atual secretário de Trabalho da Prefeitura do Rio, André Urani, participou das discussões e chegou a elaborar anteprojeto para ser apresentado pelo deputado Eduardo Paes (PFL-RJ), que acabou sendo o relator da atual Comissão do Salário Mínimo da Câmara, que ficou com uma batata quente.

Embora não tenha sido acatada no ano passado – porque a equipe econômica temia os efeitos da desvalorização do real e queria o menor reajuste possível do mínimo para não agravar o déficit da Previdência –, a idéia de Neri sensibilizou o governo que o convidou, por iniciativa do então ministro do Trabalho, Edward Amadeo (atual chefe da assessoria econômica da Fazenda), a integrar grupo de trabalho que estudaria, em sigilo, a mudança no arcabouço institucional do salário mínimo brasileiro.

O grupo, chefiado por Amadeo e composto ainda pelo assessor especial da Presidência da República, Eduardo Graef, e pelo economista José Márcio Camargo, da PUC-Rio, passou a examinar três hipóteses para a flexibilização do salário mínimo.

A primeira seria a volta do modelo adotado até 1984, no qual o governo federal fixava o salário mínimo regional. A segunda seria um processo descentralizado de fixação do mínimo, quase idêntico ao modelo dos Estados Unidos, em que o governo federal fixa o submínimo e os estados, os valores maiores. A terceira (a preferida por Neri) seria um caso híbrido: o governo federal fixaria os parâmetros para o processo de determinação do mínimo a partir do mínimo nacional (o mínimo dos mínimos, que começaria a ser aplicado à Previdência), e o valor máximo para os salários permitidos, sujeito aos princípios gerais da Lei Camata e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A segunda hipótese acabou prevalecendo, mas André Urani acredita que seria mais democrático se, em lugar dos governos estaduais, os novos pisos fossem definidos pelas comissões de emprego dos estados, integradas por representantes do governo estadual e dos sindicatos de empregados e empregadores.

Base de reivindicações

O aumento nominal de 11% para o salário mínimo, que o governo quer vender como ganho real de 5% (embora não haja base alguma para definir esse número pois não se conhecem os índices de reajuste de preços de março e abril, e o INPC subiu 8,4% no ano passado), pode virar base das reivindicações dos futuros reajustes salariais, prevê Francisco de Oliveira.

Há seis anos sem reposição salarial, os funcionários públicos serão os primeiros a incorporar o índice em suas demandas.

No setor privado, nem tanto. Devido à taxa recorde de desemprego que deixou o mercado de mão-de-obra superoferecido, o ímpeto reivindicatório do trabalhador arrefece quase que imediatamente ante a menor ameaça do desemprego.

Novo aperto

Nem bem o sistema financeiro começa a assimilar o primeiro enquadramento aos parâmetros de risco de taxas de juros – um dos últimos capítulos do Acordo da Basiléia de 1992 que o Banco Central conseguiu, enfim, implantar no país –, o Banco de Compensações Internacionais (BIS), o Banco Central dos Bancos Centrais, está preparando para soltar até o fim de abril novas regras de risco operacional para o sistema financeiro mundial.

Até aqui, o sistema brasileiro ajustou-se aos riscos de mercado e de crédito. O operacional é mais complexo e poderá precipitar, em âmbito mundial, onda ainda mais veloz de fusões e incorporações das instituições que estiverem muito desenquadradas.